



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000974847

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2258653-79.2020.8.26.0000, da Comarca de São Sebastião, em que é impetrante CARLOS EDUARDO AVELINO e Paciente MAICON WILLIAN DOS SANTOS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ZORZI ROCHA (Presidente) E MACHADO DE ANDRADE.

São Paulo, 27 de novembro de 2020.

RICARDO TUCUNDUVA
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

HABEAS CORPUS Nº 2258653-79.2020.8.26.0000
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO - VARA CRIMINAL
IMPETRANTE: DR. CARLOS EDUARDO AVELINO
PACIENTE: MAICON WILLIAN DOS SANTOS

V O T O Nº 52.909

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **MAICON WILLIAN DOS SANTOS**, que estaria sofrendo constrangimento ilegal, derivado do fato de o Juiz do feito principal ter indeferido o pedido de liberdade provisória formulado a seu favor. O impetrante alega que **SANTOS** faz jus à benesse, nos termos do *Habeas Corpus Coletivo* nº 165.704/DF, dado que tem um filho menor de 12 anos de idade. Por isso, pede a reforma do *decisum*.

Denegada a liminar, o feito foi regularmente processado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

É o relatório.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, no dia 20 de outubro último, concedeu a ordem no *Habeas Corpus* Coletivo nº 165.704/DF, cujo dispositivo é do seguinte teor:

“A Turma, por votação unânime, conheceu e concedeu a ordem de habeas corpus coletivo, para determinar a substituição da prisão cautelar dos pais e responsáveis por crianças menores e pessoas com deficiência, desde que observadas as seguintes condicionantes:

- (i) presença de prova dos requisitos do art. 318 do CPP, o que poderá ser realizado inclusive através de audiência em caso de dúvida sobre a prova documental carreada aos autos;***
- (ii) em caso de concessão da ordem para pais, que haja a demonstração de que se trata do único responsável pelos cuidados do menor de 12 (doze) anos ou de pessoa com deficiência, nos termos acima descritos;***
- (iii) em caso de concessão para outros responsáveis que não sejam a mãe ou o pai, a comprovação de que se trata de pessoa imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;***
- (iv) a submissão aos mesmos condicionamentos enunciados no julgamento do HC nº 143.641/SP, especialmente no que se refere à vedação da substituição da prisão***



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

preventiva pela segregação domiciliar em casos de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, ou contra os próprios filhos ou dependentes;

(v) a concessão da ordem, em caráter emergencial, nos casos elencados na Recomendação nº 62/2020 do CNJ, para substituição da prisão preventiva por domiciliar ou concessão de saída antecipada do regime fechado ou semiaberto, nos termos da Súmula Vinculante 56 desta Corte;

(vi) a comunicação da ordem ao DMF para acompanhamento da execução;

(vii) a expedição de ofício a todos os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, com cópia desta decisão, para que comuniquem a esta Corte os casos de concessão de habeas corpus com base neste julgamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. Prosseguindo, a Turma determinou que com a chegada das informações, haja a reavaliação das medidas de fiscalização e monitoramento necessárias ao cumprimento do acórdão, na forma acima descrita, nos termos do voto do Relator”.

Paralelamente a isso, registro que o artigo 318, inciso VI, do Estatuto de Rito, estabelece que **“Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (...) homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos” (grifo meu).**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

É certo que o parágrafo único desse dispositivo dispõe que “***Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo***”.

Todavia, verifico que **SANTOS** não demonstrou que é o único responsável pelos cuidados do seu filho. Aliás, segundo ele próprio declarou a fls. 424/428 do feito principal, a criança está sob os cuidados da mãe, Maria Orleniki de Souza.

Nestas condições, **DENEGO** a ordem.

RICARDO CARDOZO DE MELLO TUCUNDUVA
Desembargador Relator